



## UMA FRONTEIRA NAS MALHAS da rebeldia e da criatividade<sup>1</sup>

Tito Carlos Machado de Oliveira<sup>2</sup>

“De fato, só conseguimos desmascarar uma obviedade para descobrir outra, mais óbvia ainda.” (Darcy Ribeiro)

### Introdução

A Fronteira é um espaço de rebeldias. Foi assim. Continua assim. E dificilmente mudará. Mas: toda fronteira é rebelde? Sim. Todavia, há que se localizar a intensidade dessa rebeldia e como ela na fronteira se estabelece. A rebeldia está diretamente relacionada ao nível de porosidade, às rotinas cotidianas das trocas sociais e os intercâmbios mercantis promovidos, ou seja, ao seu adensamento populacional.

Isto implica constatar que, quanto mais próximo da *rege fine* de uma cidade, mais hábeis serão seus instrumentos socioespaciais para locupletar configurações (ou reconfigurações?) rebeldes; porém, mais rebelde se tornará uma cidade fronteira quanto mais conexa estiver de outra cidade doutro lado do limite; além disso, se multiplica quão maior for o seu tamanho e sua juventude (ou a jovialidade de seus atos e fatos). Por outro lado, se a rebeldia tende a se acomodar com o tempo, na fronteira, em particular, ela se refaz: o inconformismo com as

---

<sup>1</sup> Parte do Projeto de pesquisa “Polos geográficos de ligação”, com financiamento do CNPq e da Fundect (2014-2016).

<sup>2</sup> Tito Carlos Machado de Oliveira é Geógrafo. Doutor em Geografia Humana – FFLCH/USP, 1994. Bolsista DCR-A do CNPq, Coordenador do Centro de Análise e Difusão do Espaço fronteiro – Cadef/UFMS).

atitudes do *outro* sobre o seu domínio e a insatisfação em não estabelecer poder sobre o domínio do *outro* perpetram uma vontade contraditória de autotutela e descontrole, domínio e emancipação sempre renovada, fazendo com que as feridas não cicatrizem e a história não se distancie. De todo modo que a rebeldia se renova e se revigora como ferramenta e motor indispensável à vida social, ela está nas atitudes, nas razões, nas condutas, nas linguagens, nas cores e no sangue: porta-se, assim, como endemia que ocorre no local mas não se espalha para outras comunidades. Entretanto, a rebeldia traz a criatividade como substância indecomponível; sem criatividade a rebeldia não tem razão de ser e existir na fronteira. Somente a criatividade tem a capacidade de trazer a rebeldia para um concerto da realidade.

A fronteira, colocada sob os auspícios da rebeldia criativa desqualifica qualquer acomodação e extrapola a condição de ser um conceito, se aproximando da posição de ser uma experiência<sup>3</sup>.

Em um trabalho exaustivo de pesquisa na tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, Montenegro e Béliveau (2010 p. 153) conduzem um entendimento de que os habitantes ordenam um entendimento dos problemas daquelas cidades, seguindo uma “tríplice lógica”: a lógica de pertencer à humanidade em geral, (lógica de *universalização*), a lógica de pertencer ao conjunto de países da América Latina, (lógica de *latinoamericanização*), e a lógica de estar na fronteira (lógica de *fronteirização*).

Obviamente que as pesquisadoras anteriormente citadas estão envolvidas com a questão religiosa, objeto de seu estudo, e, por isto mesmo, o entendimento proposto está inserido na visão dos seus entrevistados sob a lume da Sociologia histórica. Todavia, esta investigação abre grandes perspectivas de acomodação de outros estudos que convergem, se não para o mesmo sentido (vetorial), mas para a mesma direção (sensorial). Isto é, remete um convite a outras formulações como forma de depreender o papel de cada fronteira a partir dessas três abordagens, mas, analisadas sob o prisma de uma realidade específica e sob o entendimento de cada Ciência, o que autoriza a consolidação de outras abordagens com

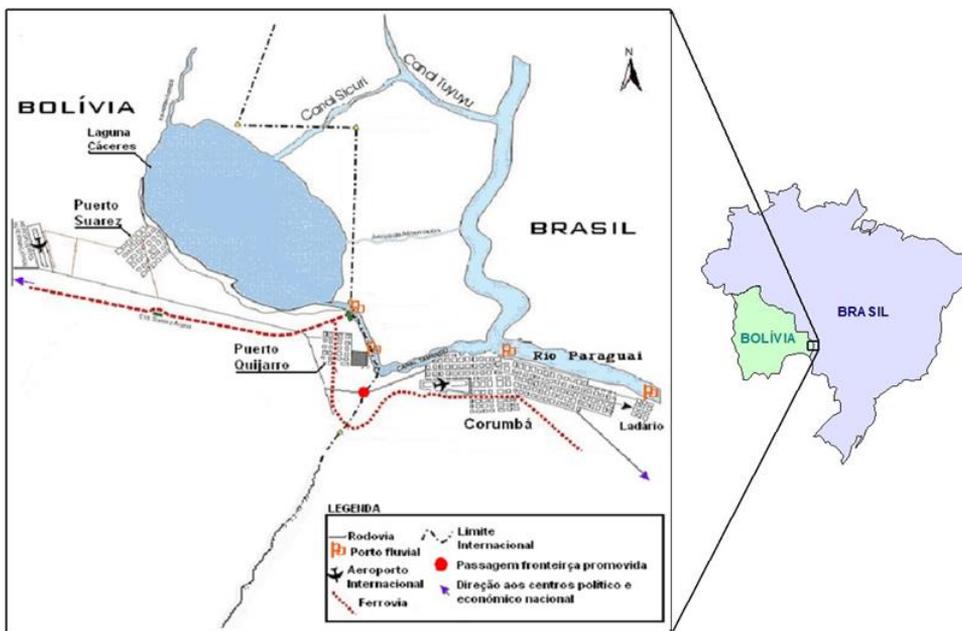
---

<sup>3</sup> “Estudios empíricos realizados sobre ámbitos de frontera nos permitirían afirmar que la frontera es mucho más que un concepto. Es una experiencia.” (Renoldi, 2015 p 181)

formulações múltiplas, mesmo que esteja assentada em sólida base territorial. No caso deste estudo, o mesmo se pontua sob a tutela da ciência geográfica.

Por assim ser, ainda que qualquer fronteira habitada esteja assentada na condição de fazer parte da humanidade, prefere-se aqui sustentar o argumento de que esta lógica é não universal (de conceito mais abrangente), mas que existe sim, nela, uma espécie de *ordem mundial* e global (de conceito mais restrito e direto, ainda que holístico) sobreposta. Nesta *ordem* está implícita a ideia de que tudo se move ante um sistema-mundo correlacionado a um horizonte geográfico-espacial, sob a tutela de uma divisão do trabalho que possibilita a reprodução material global, aquiesce Wallerstein (1991); ou, conforme Braudel (1985), um sistema que consegue dividir e aglutinar os diversos segmentos, desde a vida material cotidiana, passando pela economia de mercado e chegando até às trocas desiguais da vida econômica.

Assim, é possível visualizar que a fronteira está subsumida: 1 - a uma *ordem mundial*, considerando sua ligação com construção e formação do espaço geográfico – objeto da geografia humana; 2 - a uma *conformação latino-americana* (conexa latino-americanização) de consistência assaz complexa, cuja abordagem conduz necessariamente à determinação de possuir multiculturalidade, descompassos éticos, contradições geopolíticas e interesses nacionais divergentes, suscitando simultaneamente coesão e conflitos, desigualdade e insegurança; e, 3 - a um *processo de fronteirização*, estando nela implícita a abordagem de cooperação e separação da intrínseca condição do território de *ser* fronteira, onde as iniciativas locais permeiam a escala global e reformulam, até certa medida, as configurações regionais.



Fonte: Cadef/UFMS (Elaboração Cláudio Max)

126

**Figura 1** – Localização da Conurbação internacional de Corumbá-Puerto Quijarro-Puerto Suárez.

Este texto tem a pretensão de sair de um conjunto de obviedades para chegar a outras obviedades mais óbvias ainda - como alude Darci Ribeiro (1978), em epigrafe - ao analisar a fronteira do Brasil com a Bolívia, tendo as localidades de Corumbá, pelo lado brasileiro, e Puerto Quijarro com Puerto Suarez pelo lado boliviano, cuja localização se expressa na Figura-1. Aquela *translocalidade* (acompanhando o termo de Appadurai, 1997) aqui será entendida com uma reflexão alicerçada na orientação do espaço geográfico e na categoria território da ciência geográfica, ainda que esteja carregado de incursões pluridisciplinares descomprometidas.

### **A GLOBALIZAÇÃO DO LUGAR - “ordem mundial”**

Disse o geógrafo Halford Mackinder que “Daqui em diante nada de significativo pode acontecer nas relações humanas em qualquer ponto da terra sem que seus efeitos se espalhem por toda a superfície. Temos que nos acostumar a

pensar em termos de uma ambiência fechada””; esta frase que possui a mesma aparência das formulações aparentadas, com ênfase, a partir dos últimos lustros do século vintaneiro, na realidade, foi cunhada, em 1904, no seu *The Geographical Pivot of History*. Como se observa à época: a mundialização já estava dada.

A globalização está dentro do processo de mundialização. A mundialização se inicia com o movimento mercantilista e se completa com a expansão planetária da circulação do modo de produção capitalista no final do Séc. XIX. Já a globalização é um fenômeno revolucionário de alteração das concepções produtivas do capitalismo e a chegada do sistema-mundo capaz de reunir globalmente uma economia-mundo, uma variedade de entidades políticas e um vasto sistema pluricultural (Wallerstein,1991); é, assim, tão revolucionária quanto foi a primeira Revolução Industrial no final do Séc. XVII,I com o advento da máquina a vapor, quanto a segunda Revolução Industrial, com a instauração da gerência científica e o aproveitamento do diesel no final do Séc. XIX.

Este pedaço da fronteira Brasil-Bolívia responde positivamente e se alinha imediatamente às manipulações conferidas pela agitação do comércio de longas distâncias organizadas pelos países centrais, (Inglaterra à frente), e aos sentidos da globalização.

No momento em que o mundo consolida um movimento de mercadorias sem precedentes, na passagem entre o final do século dezenove e início do vinte, a fronteira Brasil-Bolívia, em tela, consolida sua participação no processo com particular obrigação. A organização geográfica do território no velho Mato Grosso dependia do Rio Paraguai para consecução, manutenção do abastecimento de Cuiabá e para o crescimento do criatório bovino na região do Pantanal. Neste momento, a fronteira esteve distante de ser compreendida na condição de compartilhamento de ações econômicas e políticas entre o Brasil e a Bolívia.

Na realidade, existia uma outra fronteira muito mais presente. A fronteira construída pelos navegantes dos portos. Tratava-se de uma fronteira aberta aos ventos do sul, cuja articulação trazia para muito perto de Corumbá cidades como Buenos Aires, Montevideo, Asunción e Concepción. O Movimento regular dos barcos ligava os portos de Corumbá com o porto de Nueva Palmira,<sup>4</sup> no Uruguai.

---

<sup>4</sup> Nueva Palmira está localizada no início do Rio da Prata, com a confluência entre os rios Paraná e Uruguai; desde a metade do Séc. XIX serve como ponto de intermediação aos navios de alto

Sua abrangência espacial dava consistência a um movimento de mercadorias provenientes do exterior (Inglaterra, sobretudo) com destino às grandes propriedades rurais do Pantanal e a Cuiabá, (capital do velho Mato Grosso), consolidando Corumbá como um centro de entreposto comercial de transbordo de mercadorias para embarcações de menor calado. Ou seja, a condição fronteiriça estava atida aos meandros das águas do Rio Paraguai e seus portos, e a lógica da mundialização, a *ordem mundial*, era quem ditava o ritmo, o comportamento e a dinâmica daquela fronteira.

Tal condição que possibilitava uma relação estreita com os países como Paraguai, Uruguai e Argentina dada pela vizinhança-rio, permitia também, uma comunicação intensa com outros povos do mundo, consentindo um processo migratório significativo<sup>5</sup> sob a batuta das estruturas hegemônicas do capital produtor de mercadorias e de crédito<sup>6</sup>. Sob estes esteios, Corumbá consolidava sua liderança no abastecimento de produtos para uma região<sup>7</sup>, solidificava uma condição cosmopolita para a cidade, ao mesmo tempo em que sustentava as estratégias de domínio da Casa Comercial sobre o latifúndio pecuarista (Alves, 1984). O lado frágil dessa engrenagem estava no fato de Corumbá ser apenas um centro importador de mercadorias; ainda que houvesse uma restrita pauta de exportação das charqueadas e saladeiros o seu principal produto (gado das fazendas pantaneiras) era todo destinado ao Oeste paulista.

128

---

calado e embarcações de calado mediano. Ali ancoravam os navios ingleses que traziam produtos para abastecer os diversos portos dos rios Uruguai, Paraná e Paraguai.

<sup>5</sup> Corumbá, segundo Oliveira (2005), naquela época, contava com mais de vinte e cinco nacionalidades. Apenas para ilustrar, famílias Fragelli, Calarge, Sayad, Said, Mandeta, Trad, entre outras, todas de comerciantes migrantes capitalizados, faziam parte da seleta comunidade de imigrantes que depois foram sugados para Campo Grande.

<sup>6</sup> Sobre o comércio de mercadorias e a relação creditícia, estabelecida entre comerciantes locais e Bancos internacionais (em especial europeus), é amplamente detalhado por Alves (1984) que desvenda esta relação a partir das propagandas de créditos e intermediações de Bancos estrangeiros do Álbum Gráfico.

<sup>7</sup> De Corumbá, partiam embarcações via rios Paraguai, São Lourenço e Cuiabá, com destino a Cáceres e Cuiabá, via rios Aquidauana e Miranda com destino às cidades homônimas aos rios, via Rio Coxim até Coxim e proximidades dos camapuãs, além dos emaranhados de rios e corichos para atingir as *sesmarias* pantaneiras.

Este era o lado fronteiroço *mais próximo* - apesar de distante - daquela fronteira. Por outro lado, a Bolívia, apesar de próxima fisicamente, era o lado fronteiroço *mais distante*.

Há uma distância cartográfica de cinco centenas de quilômetros que separam esta fronteira de Santa Cruz de la Sierra, a cidade mais importante da Bolívia fora dos Andes. Já entre Corumbá e Puerto Suarez havia onze quilômetros de distância, e no meio do caminho estava o caudaloso arroio Concepción; à época, e sem ponte, confirmava uma minuta circulação entre as brasileiras e bolivianas. Além do mais, é mister considerar o distanciamento cultural, comportamental e econômico existente entre os povos viventes naquela região, e um distanciamento diplomático imposto pela sombra do Tratado de Petrópolis que consumia as possibilidades de aproximação entre as duas Nações, refletindo, naquela fronteira, através de um esquecimento tácito e providencial pelos Estados-Nações. De modo que, as relações de proximidade eram prejudicadas em todos os sentidos e expressões.

Todavia, todo este farpado de limitações não impediu o nascimento de *relações rebeldes* entre Corumbá e Porto Suárez. Aproximar em tais condições de apartamento era se rebelar, se insurgir. A insubordinação estava relacionada a dois modus operantes oportunistas, a saber: o primeiro, realizado de forma delinquente pela pequena classe que conseguia, com sacrifício, chegar a Puerto Suárez e comprar produtos importados com preços muito reduzidos em relação ao executado em Corumbá. Por meio de reduzidas fontes documentais, é possível identificar esse pequeno comércio funcional que desobedecia as imposições legais e físicas do terreno. Segundo Amorim (1917 p.455): “Apesar da vigilância dos empregados da alfândega brasileira, reina o contrabando, com grave prejuízo para o commercio de Corumbá”. Óbvio, todavia, que as condições e dificuldades oferecidas para se chegar até a cidade boliviana, assim como o volume, a variedade e os meios de transportes, permitem deduzir que este “contrabando” muito pouco significava um “grave prejuízo” para o comercio local<sup>8</sup>. Relata ainda Amorim (1917), que houve determinada ocasião em que Corumbá ficou completamente isolada do mundo durante um mês inteiro, os navios não

---

<sup>8</sup> Mesmo porque, seguramente maior do que este “reino de contrabando”, existia a prática do contrabando efetivo executada pela tripulação das embarcações que, corriqueiramente, traziam produtos do Uruguai e Paraguai.

ancoravam no porto, o telégrafo não funcionava e o desabastecimento foi sentido; tal fato obrigou os moradores a buscar nas cidades bolivianas o que lhes careciam<sup>9</sup>. O segundo *modus operandi reside* no fato de ter sido constatada a presença de uma população boliviana significativa em Corumbá. Quanto a Puerto Suarez, por ser uma cidade muito pequena até os anos setenta do Séc. XX, o baixo volume populacional, bem como a ausência de trabalho e infraestrutura (especialmente água, transporte e habitação) no lado boliviano, somados ao dinamismo comercial do lado brasileiro, condicionou que uma parte significativa da população boliviana, que se deslocava internamente doutras regiões para aquela fronteira, terminava se fixando em Corumbá, ao ponto de se afirmar que havia em Corumbá, contando com a população rural, mais bolivianos do que em Puerto Suárez<sup>10</sup>.

Praticamente, a totalidade desses bolivianos estava disposta ao trabalho não especializado, visto que o trabalho que exigia maior destreza era atribuído aos outros tipos de migrantes; no setor rural, a presença de bolivianos era muito sentida na lida com o gado, nas parcas explorações agrícolas e nos saladeiros e charqueadas. Lembra Lisboa (apud Lamoso, 2015 p 195) que “[...] a prática de serviços, com esse pessoal, mesmo no Urucum - exploração de minério de ferro e manganês – demonstrou ser de bom caráter, obediente e de espírito bastante aberto para assimilar facilmente as cousas.”

A presença de bolivianos – relatam Esselin, Oliveira e Oliveira (2012 p.155) - na vida de Corumbá aparece quando se observam os registros da Igreja Matriz Nossa Senhora da Candelária, de Corumbá, um número não desprezível de matrimônios entre pessoas brasileiras e bolivianas, pertencentes às classes mais pobres. Assim também, o acervo histórico do Fórum da Comarca de Corumbá sobre o perfil dos crimes cometidos no início do Século XX mostra uma particularidade: ainda que o número de bolivianos seja considerável nos registros o “grau de gravidade, muito inferior aos que outros grupos de imigrantes

---

<sup>9</sup> Amorim, pesquisador da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, não estabelece com clareza as razões deste isolamento da cidade; possivelmente foi devido às cheias do Pantanal, quando as águas do Rio Paraguai chegavam a invadir a principal rua comercial do porto.

<sup>10</sup> “...a migração boliviana em Corumbá é um fenômeno antigo (...) se mantém importante até a primeira metade dos anos sessenta e logo começou um lento processo de diminuição.” (Souchaud, 2008 p26).

cometiam”, estava ligado a questões banais do tipo “discussões domésticas”, “bebedeiras”, “fazer necessidades fisiológicas nas ruas”, etc.

Estas formas rebeldes de se contrapor à norma estabelecida afiançam uma modificação estrutural naquela fronteira Brasil-Bolívia: a “fronteira como processo” (Cf. Newman, 2006), que reduz sua presença a um conjunto de demarcações e delimitações de concepção estática, começa a ceder lugar a uma outra concepção de fronteira que decorre do processo de interação onde a inclusão e a exclusão social são componentes indecomponíveis do território, ou uma “fronteira como instituição” no dizer de Newman (2006 p 148).

Por uma série de fatores, o lado fronteiriço *mais próximo* de ligação estreita com os países platinos vai ser duramente afetado a partir do meado da década de dez e, gradativamente desmontado a partir da década de vinte do século passado com a mudança do polo abastecedor regional. Sai do exterior, via Corumbá, para ser do Sudeste, via Campo Grande. A observação óbvia de que a proximidade fronteiriça é dada pelo seu movimento econômico, chega a uma constatação mais óbvia ainda: a fronteira afastada fisicamente não se mantém.

Apesar da retração na economia dos portos, Corumbá padece mas não desaparece. Ainda que muito dos ativos do capital ali antes situados tenham sido sugados pela força centrípeta de Campo Grande,<sup>11</sup> a *equipage* territorial existente na *era dos comerciantes dos portos* não é completamente esvaziada. Nos anos que se sucedem, aquela fronteira cumpriria papel relevante na divisão do trabalho mundial com a produção de minério, (Lamoso, 2015), na divisão nacional do trabalho com produção de gado para o Brasil central pecuário e com a produção de ferro gusa, cimento e farinha de trigo para o mercado centro-sudestino, e na funcionalização na parte meridional do território mato-grossense com o abastecimento das unidades rurais no Pantanal<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Aquela cidade ganha significativo impulso após o nascimento do “centro dinâmico da economia brasileira, (no dizer de C. Furtado (1954), durante a década de vinte, se tornando o principal centro de vendas de gado e de redistribuição de mercadorias sudestinas na década de vinte.

<sup>12</sup> Até os anos sessenta, um pequeno conjunto de empresas de navegação (Gattaz, Kassar, Mihanovich, entre outras), sob a liderança da Cia. Bacia do Prata, faziam a ligação de Corumbá com as fazendas tanto para o abastecimento quanto para o transporte do gado.

Talvez, muito possivelmente, a concomitância desse conjunto de atribuições, consolidadas sob uma lógica mundial da acumulação e a relação de proximidades com o lado boliviano tenham se mantido com muito pouca permeabilidade até o meado dos anos oitenta. Mas, também, não pode ser desqualificada a condição daquela parte da Bolívia que estava “apartada” do sistema-mundo, ou melhor dizendo, a *ordem mundial* reservara àquele território uma condição de *standby*, mantendo-o com circulação diferenciada abaixo da superfície dos mercados.

Somente nos anos oitenta que, com o pretexto de combate à possibilidade de produção de *folha de coca* na região abaixo dos Andes bolivianos, o *World Bank* aporta um programa de financiamento a longo prazo para compra, preparo, plantio e comercialização de produtos da agropecuária no Departamento de Santa Cruz (Oliveira, 1998)<sup>13</sup>. Isto possibilitou, em curto espaço de tempo, transformar radicalmente o espaço geográfico do entorno de Santa Cruz de la Sierra, (capital daquele Departamento), requerendo, por efeito, uma enxurrada de consumo de produtos que a Bolívia não produzia<sup>14</sup>.

Para plena efetivação, abriram-se dois caminhos para o abastecimento de Santa Cruz: primeiro- os portos de Arica e Iquique, no Pacífico do Chile, e produtos brasileiros da corona industrial paulista. Rapidamente foi criado e fortalecido um *Corredor comercial*<sup>15</sup> entre São Paulo e Santa Cruz (Oliveira, 2010 p.250), onde a fronteira Corumbá, Puerto Quijarro e Puerto Soares passaram a desempenhar papel de destaque como porto de desembarço aduaneiro, transbordo de mercadorias, repouso dos caminhoneiros, e pontos de intermediação. Isto se avoluma com a assinatura do contrato, construção do

132

---

<sup>13</sup> Foi o momento em que “La política externa de Bolivia se ‘narcotizó’” (Gilbert, 2007 p. 555).

<sup>14</sup> Isto coincide com a inauguração de uma prática democrática de cumprimento de mandato pelos presidentes eleitos; ao mesmo tempo, coincide com a imposição da economia liberal imposta pelo Governo de Reagan, iniciado por Paz Estenssoro, que – segundo Gilbert (2007 p.554-556) – levou o país à condição de piora substantiva dos seus indicadores sociais. Paradoxalmente, enquanto o país se recuperava muito lentamente, o Departamento de Santa Cruz (sua capital à frente) auferia ganhos substantivos de crescimento econômico.

<sup>15</sup> Nos mesmos moldes dos Corredores “*Corredor Interstate 69; Corredor Internacional Superhigway; corredor caminho Real*” (Wong-González, 2005 p 160-163), “*Corredor Paranaguá-Asunción*” (Oliveira e Oddone, 2012 p.157)

gasoduto e transporte do gás boliviano para o Brasil passando por aquela fronteira. A posição da fronteira se redimensiona e se globaliza definitivamente. De todo modo e em todos os sentidos, a fronteira é convidada a sair da condição de amorfia para uma condição diligente – aceita, se rebela e metamorfoseia sua morfologia!

### **A VIZINHANÇA INDÔMITA - a *Conformação Latino-americana.***

A fronteira Brasil-Bolívia é uma fronteira da América Latina. Os padrões que a regem são os axiomas dados pela afluência de culturas, conflitos, processos e actualidades diplomáticas que refletem sua condição geográfica. Se o mundial se impõe como ordem, nas relações latino-americanas assim não é tratada, existe uma acomodação e uma adaptação à realidade, reforçando uma condição de consentimento legitimada mais pela passiva convivência do que pela beligerância. Mas, não significa, todavia, que não haja uma subsunção formal das fronteiras da América Latina a esta conformação, senão o contrário: as fronteiras impõem uma condição indomada mas espelham a (des)ordem imposta.

Essa condição latino-americana, em particular neste centro do continente sul-americano, possui desdobramentos de singular importância para a fronteira Corumbá-Puerto Quijarro-Puerto Suarez, que se distendem em amarrações que interferem no comportamento econômico e no pacto de convivência social. Uma das muitas questões diplomáticas está relacionada à demarcação territorial entre os dois países, o que envolveu uma larga arquitetura de negociações com implicações na postura fronteiriça.

A relação do Brasil com a Bolívia carrega a sentida perda do Acre. Se para o Brasil, esta questão de incorporação do Acre ao território brasileiro foi um feito diplomático de proporções respeitáveis, para a Bolívia esta avaria em seu território é carregada de suspeição, ressentimentos e desapontamentos. Trata-se de uma emoção que permanentemente volta às “rodas de conversas” e sempre no sentido depreciativo da derrota e de revolta; ou seja, ainda é um assunto presente no cotidiano daquele País, por conseguinte na fronteira.

Após a chegada de Getúlio Vargas ao poder, o Governo Brasileiro passou a estreitar relação diplomáticas com o Paraguai e com a Bolívia, muito deterioradas até então, com intuito de consolidar uma contraposição ao papel exercido pela

Argentina na América do Sul<sup>16</sup> O resultado foi uma série de intervenções diplomáticas que desembocaram na construção da ferrovia Santa Cruz a Puerto Quijarro, aproveitando a chegada dos trilhos da E.F Noroeste do Brasil na cidade de Corumbá em 1953 e o *Tratado de Roboré* de 1958.

O propósito geopolítico central da ligação da Fronteira a Santa Cruz era chegar antes dos trilhos argentinos à cidade de Santa Cruz de La Sierra. Ao mesmo tempo, com o Tratado de Roboré era estabelecer uma negociação capaz de “... apagar ressentimentos e suspeitas” (SOARES, 1975 p. 155) entre o Brasil e a Bolívia.

Do ponto de vista teórico-prático, a ferrovia cumpriu seu papel, ainda que com fortes limitações até o final dos anos setenta<sup>17</sup>, de consolidar a presença boliviana em um território muito vazio. E, a partir dos anos oitenta, vai representar um estímulo, sem precedentes, a ligação comercial entre São Paulo (Br) e Santa Cruz de La Sierra (Bo), estimulando, por este meio, uma nova dinâmica na fronteira. Quanto ao Tratado de Roboré, instituiu condições vantajosas para a fronteira, em especial em cinco Convênios<sup>18</sup> mas, o seu tamanho exageradamente grande, pouco contribuiu aos interesses regionais.

Em outro sentido (o interno), a Bolívia passou durante os anos setenta e oitenta por um processo de movimentação populacional interna que suscitou um povoamento abrupto de regiões de fronteira<sup>19</sup>. Até a década passada os

134

---

<sup>16</sup> Ver melhor o assunto em ESSELIN, OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2012.

<sup>17</sup> Mesmo que neste momento a Bolívia esteja passando por um processo revolucionário a partir de 1952, que estabeleceu a eliminação do latifúndio e a integração dos camponeses à vida nacional, estabelecimento do voto universal e a instituição de leis trabalhistas e avançadas leis sociais que permitiram “*Obreros y mineros tuveran una participación directa em las decisiones económicas y políticas del país*” (GILBERT, 2007 p 493)

<sup>18</sup> Convênio comercial; Convênio de Tráfico Fronteiriço; Convênio de Trânsito Livre; Convênio de Intercâmbio Cultural; Convênio para o Estabelecimento, em Corumbá, de Entrepósito de Depósito Franco.

<sup>19</sup> Este movimento está em igual similitude ao que aconteceu, de forma genérica, em todos os países da América do Sul, após os anos cinquenta, quando a América Latina (e quiçá no mundo) passou por um intenso processo de povoamento das fronteiras com o nascimento e crescimento de cidades e lugarejos. Este movimento está correlato ao discurso de “globalização econômica” e “destruição gradativa das fronteiras”.

Departamentos de relação mais intensa com a questão fronteiriça, como Pando (108%), Santa Cruz (37%) e Tarija (30%), mantiveram os maiores índices de crescimento demográfico da Bolívia, fato ainda presente na dinâmica populacional da Bolívia.

Entretanto, se no recente passado a migração na fronteira estava associada à simples condição de vizinhança, ou seja, um fenômeno tipicamente local, no correr das últimas três décadas, o deslocamento para as fronteiras estendeu seu significado para muito além, a partir do aproveitamento das oportunidades em estabelecer redes de comunicação com lugares não fronteiriços relacionados às feições impostas pela condição latinoamericana.

A Bolívia possui dois importantes elementos dessa *conformação latinoamericana* que retratam uma rebeldia criativa na configuração territorial: a sua condição de ser um dos países mais pobres economicamente<sup>20</sup> e uma “informalidade voluntária”.

A pobreza induziu a possibilidade de que a Bolívia entrasse no circuito internacional da “solidariedade” (na realidade filantropia) internacional, onde a doação de roupas usadas por ONGs<sup>21</sup> é o eixo central, mas também bolsas, acessórios, sapatos e brinquedos fazem parte do comércio de usados<sup>22</sup>. Enquanto, os dados coletados pela Fundación Mileniun (<http://www.fundacion-milenio.org>) revelam que “... 66 % de los trabajadores informales declaran pertenecer a este sector por decisión propia y solamente el 27% por no encontrar trabajo en el sector formal. Por lo tanto, existe más informalidad por decisión que por exclusión” (acesso em março de 2015), ainda que esta afirmação mereça uma

---

<sup>20</sup> Ainda que sua economia venha crescendo uma média de 5% ao ano, desde a metade dos anos dois mil, e tenha havido uma considerável melhoria das condições de vida da população, este crescimento ainda não se traduziu em empreendimentos produtivos, o país continua muito dependente das importações.

<sup>21</sup> *Goodwill Industries, Salvation Army* (Exército da Salvação), *Amvets e St. Vincent de Paul*, nos Estados Unidos; *Oxfam, Terre, Humana e Abbey Pierre*, na Europa (HANSEN, 2004)

<sup>22</sup> São produtos que entram na Bolívia como doação dos países ricos aos países pobres mas que, rapidamente, se convertem em produtos comercializados com grande aceitação. Entram pelos portos chilenos, são transportados até Oruro onde é feita a distribuição para diversos outros centros de redistribuição comercial (Santa Cruz de La Sierra, La Paz, Cochabamba, etc) e destes aos centros menores como Puerto Quijarro na fronteira (Oliveira e Ferreira, 2015).

infinidade de interrogações, ela se traduz em realidade no trabalho de Ferreira (2015) quando analisa o comércio de roupas usadas na fronteira em questão<sup>23</sup>.

A junção destes dois fatores incrementa um vigoroso processo de assimilação criativa do território fronteiriço quando estabelecem uma ligação, sistêmica e programada, da fronteira com os portos de Arica e Iquique (ambos no Chile) materializando, na prática – e com mais competência que o grande capital – o tão-sonhado *corredor bi oceânico*. Isto é, estabelecem estratégias de funcionalização do território com práticas comerciais de *prenderías usadas* com interferência na produção local da riqueza, e que somente não são identificados como *networked learning* porque são auferidas por “pobres incultos”, como comumente são taxados pelas classes medianas brancas.

O país com maior densidade de população indígena na América do Sul é a Bolívia, com uma distribuição desuniforme pelo território; mais de 50% da população são de origem *aymaras* e *quéchuas*; o segundo grupo são os *mestizos*, tratados depreciativamente pelos outros grupos como *cholos*; não pode ser desprezada a parcela branca com origem na migração europeia detentores de parcela significativa da riqueza.

Óbvio que esta mescla de povos chega à fronteira com o mesmo peso e consistência, carregada de noções etnocêntricas, preconceitos e com tenaz reserva em ser aceita pelo outro sem resistência. Porém, as abusões constantes no trato social são “quebradas”, (*pero no mucho...*) pelas imposições das tratativas comerciais, visto que a maioria absoluta do comércio fronteiriço de vizinhança na Bolívia (de todos os tipos) é realizado pelos *collas*, o grupo étnico mais sutilmente aviltado, pela sua condição, nas relações pessoais existente em ambos os lados da fronteira.

Dentro ainda da *conformação latino-americana* não é tarde lembrar da condição da Bolívia ser o principal produtor de folha de coca, (*erythroxylum coca*), e está sempre entre os principais produtores mundiais de cocaína. Esta imposição faz da fronteira *locus* de intermediação na passagem de drogas. Este

---

<sup>23</sup> Não se pode desconsiderar o fato de este comércio informal ser executado por “*collas*” (da etnia Aymaras, tradicionais agricultores de subsistência que se apegam ao pequeno comércio informal a partir da reestruturação do setor mineiro (Governo Paz Estenssoro) que deixou mais de trinta mil mineiros desempregados (Camargo, 2006).

fato interfere decisiva e cotidianamente na vida da fronteira de forma paradoxal e insensata.

Por mais paradoxal que possa parecer, o comércio de drogas na fronteira não vai muito além de se constituir tanto um elemento de desestabilização sócio-familiar – efeito individual - como em um instrumento de estabilização econômica do território capaz de amortecer efeitos recessivos provocados pelas atividades formais e funcionais da economia local<sup>24</sup> - efeito coletivo. Por outro lado, o comércio de drogas da fronteira, possui sua dinâmica associada ao mercado consumidor de alhures definido por fatores conjunturais. Trata-se, portanto, de um assunto de assaz necessidade de mensuração: de quem é culpa afinal? Quem são os culpados? E quem são as vítimas? Assim, se a *ordem mundial* possui ação coercitiva sobre a fronteira com relação à cocaína (e outras drogas); a *conformação latino-americana* tem participação incisiva.

O fato de que na fronteira o tráfico de drogas é um problema, é uma obviedade. Contudo, não é o maior nem o menor de todos os outros problemas - assim como acontece em diversos outros lugares – é, também, uma questão óbvia.

Porém, os seis pontos de vigilância nos 430 km entre a fronteira e Campo Grande (Capital do Mato Grosso do Sul)<sup>25</sup>, assim como os números da violência naquela conurbação que não se distanciam dos números doutros lugares, levam a uma constatação mais óbvia ainda: aquela fronteira é suficientemente vigiada, possui patamares administrativos coerentes com o restante das duas Nações, os desníveis sociais não ultrapassam os padrões médios brasileiros e bolivianos e os números de violência não retratam qualquer insolvência da ordem social naquele território.

Nestes termos, a fronteira Brasil-Bolívia do alto-paraguai, se distancia, feroz e significativamente, do modo limitado com que a velha tradição midiática trata a obviedade que melhor lhe convém.

---

<sup>24</sup> Como está sustentavelmente implícito no trabalho de Oliveira e Costa (2012) e Oliveira e Linjardi, 2013.

<sup>25</sup> As barreiras de vigilância estão no Arroio Conceição (Receita e PF), Candeeiro (Receita), Início da Ponte (PF), Guaicurus (PRF), Aquidauana (PA) e Terenos (PRF).

## AS VIBRAÇÕES DE UMA FRONTEIRA - O *processo de Fronteirização*.

A fronteira está em constante *processo de fronteirização*. Isto é, nem toda fronteira – região de contato entre uma Nação de outra – está habitada, e a fronteirização somente acontece com a presença de pessoas; não existe um *processo de fronteirização* em fronteira desabitada. “O *processo* – como alude M. Santos (2012 p.69) – pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo”. E a fronteirização deve ser entendida como atividade biossocial onde se adimple a arte de aproximação e inadimpler distanciamentos e rupturas de conceitos e posicionamentos; é o lócus da organização espacial onde está presente uma “*forma* significativa”, uma “*estrutura* dominante” e/ou uma “*função* prevalente” (Santos, 2012 p 71).

O *processo de fronteirização* é, assim, um procedimento contínuo de interação social e intercâmbio econômico que, naturalmente, acende conflitos, ambiguidades, cooperação, inclusão, exclusão, continuidade e mudança. Acontece enquanto “fronteira como instituição” (Newman, 2006), ou quando caminha na destruição da condição “alienada” e sustenta formas de “interdependência”, “coexistência” e “integradas” emprestando as categorias de Martínez (1994); ou, quando sai da posição de “distante” e caminha para posição de “vibrante”, conforme Oliveira<sup>26</sup>, sem que signifique uma linealidade anti-dialética.

O contínuo *processo de fronteirização* tão-somente se efetiva mediante uma rica e sustentável articulação de complementaridade. Esta complementaridade, que pode perfeitamente ser lida como divisão territorial do trabalho, respalda a necessidade espontânea de uma cidade em se completar com o trabalho de outra cidade. Todavia, esta relação na fronteira se constrói em um ambiente onde há uma separação jurídica, uma diversificação cultural, pluralidade linguística, etc., se posicionando diametralmente diferente à daquela concebida com cidades do

---

<sup>26</sup> Oliveira (2009) estabelece uma tipologia para as relações fronteiriças com base na integração formal e na integração funcional em quatro categorias: “distantes, crespas, protocolares e vibrantes”.

mesmo Estado-Nação. A complementaridade é, senão, o motor que alimenta a economia, mobiliza as pessoas e nutre a convivência nas conurbações de fronteira.

Como observado, o *processo de fronteirização* da fronteira conurbada de Corumbá-Puerto Quijarro-Puerto Suárez nem sempre foi intenso, mas foi uma longa trajetória de distanciamentos – provocados mais pela ausência de população –, aproximações protocolares, (de complementaridade restrita ou morosa), e trocas cotidianas letárgicas, chegando somente à condição do vibrante estágio de aproximação nos dias que correm.

A funcionalização daquele território fronteiriço, na atualidade, é dada por formações sociais que agem como *membranas primárias* – furtando o termo da biologia - que separam o ambiente, mas, cotidiana entre concomitantemente, permite a presença de *poros* que apresentam continuidade com a cidade vizinha, permitem, assim, porosidades rebeldes e criativas em todos os ângulos.

A permeabilidade nas cidades brasileiras e bolivianas tem permitido mover e mudar o ordenamento territorial entre eles. Corumbá que possuía uma estrutura urbana adensada no sentido do afastamento da linha fronteiriça tem assistido, nas últimas décadas, formas criativas e rebeldes de aproximação com Puerto Quijarro.

À guisa de exemplo: o aeroporto que visivelmente foi “ajeitado” como um objeto geográfico de separação<sup>27</sup>, tem sido contornado (circulado) por habitações que se apertam no bairro da Pedreira e por residências e comércios ao longo da Rua Don Aquino se espremendo entre a pista-de-pouso e o Canal do Tamengo até chegar à nova Prefeitura – simbolicamente postada como espécie de “limite máximo” de aproximação com a Bolívia. Também, a cidade boliviana estendeu seus braços encurtando a distância entre elas. Com ousadia e criatividade arquitetônica, o velho centro comercial, ao redor da estação de *ferrocarril*, foi, paulatinamente, sendo transferido (ou puxado) para o Arroyo Concepción já na *regeres fine*. Se no início (anos oitenta e noventa) ali estava um conjunto de barracas *sweatshop* que vendiam roupas e calçados de todo tipo e de todas as origens em condições (des)urbanas insalubres, hoje, Arroyo Concepción, ostenta um comércio com algumas centenas de box, com eficiente nível de organização e limpeza, rodeados de mais de uma centena de casas comerciais que vendem

---

<sup>27</sup> Cravado entre a morraria e o Canal do Tamengo/ impedia que a infraestrutura urbana caminhasse em direção à linha divisória.

produtos de reexportação aproveitando-se das variações da *economia de arbitragem* contida no lugar.

A distância física entre o centro de Corumbá ao centro de Puerto Quijarro que chegava aos cansativos oito quilômetros de caminho deletérios até bem pouco tempo atrás, é hoje um percurso pavimentado, e, devido aos arranjos comerciais nascentes no trajeto, pode-se dizer, foi “encurtado” para menos de três mil metros entre a Prefeitura de Corumbá e o centro de Arroyo Concepción.

O *processo de fronteirização*<sup>28</sup> provocou profundos impactos nas estruturas urbanas das duas cidades, permitindo identificar aquela amarração cidadina como um *complejo urbano transfronterizo*, conforme teoriza Dilla Alfonso (2015).

Os assentamentos de trabalhadores rurais<sup>29</sup> - outros objetos geográficos colocados no limite fronteiro com o propósito de apartamento - foram se embaralhando em trocas, rezas e festas com o assentamento boliviano de El Carmen de la Frontera e os arredores de Arroyo Concepción transformaram a antiga estrada do Jacadigo em uma *calle* transnacional de movimentos rebeldes de pactualidades e agregação<sup>30</sup>.

Até mesmo nos momentos onde o ambiente protocolar foi mais agudo do que as complementaridades cotidianas (anos cinquenta aos setenta do sec. passado), a capacidade criadora esteve presente estimulando rebeldias solidárias, como foi visto na venda de energia para o lado boliviano nos anos setenta. Mesmo sem protocolo diplomático nenhum<sup>31</sup>, a antiga CEMAT (Centrais Elétricas Mato-grossenses), como forma de resolver a angustiante ausência de energia em Puerto Suárez e Puerto Quijarro, plantou o relógio medidor de energia do Consulado da

140

---

<sup>28</sup> Aqui, este termo possui similitudes com o termo *transfronteirização* aludido Rückert, Campos, Superti e Porto (2014 p. 102), entendido “...como diferenciações territoriais emergentes [...] entendidas como mutáveis, móveis e fluidas que passam por constantes processos de abertura/fechamento (“*debordering /rebordering*”), relacionam-se a processos de transfronteirizações e à construção de novas regiões transfronteiriças que as selecionam, as hierarquizam mas também que as tornam mais diversas em suas formas e materializações”.

<sup>29</sup> Tamarineiro I, II e III, Paiolsinho e Mato Grande.

<sup>30</sup> Sobre esta relação entre os assentamentos ver Costa e Sabatel (2013).

<sup>31</sup> O primeiro protocolo de venda de energia do Brasil foi realizado com o Paraguai para a construção da usina de Itaipu.

Bolívia em Corumbá ao lado do Arroio Conceição, donde, através deste, se estendia fios que abasteciam as residências daquelas cidades bolivianas que, cooperativamente, rateavam os custos que eram repassados ao Consulado, e, este, pagava a conta à Cemat<sup>32</sup>, funcionando até o final da década de setenta.

De modo diverso, os interesses se associaram em tal magnitude que as diferenças infra estruturais (que ainda persistem com grande significado) entre as cidades vão se acomodando em um território com - no dizer de Grimson (2004) - *hibridación generalizada*, capaz de compartilhar equipamentos sociais, fortalecer os fluxos e aquilatar a convivência social, coletiva e institucional, sem, necessariamente, quebrar as assimetrias socioculturais.

Neste aspecto, é justo dar ênfase ao fato de que este movimento de aproximação e integração é preconizado ante a possibilidade de articulação e organização com clamor político, ainda que pouco compreendido pelas *organizações políticas*; e não como uma exigência de mesclar culturas, comportamentos e identidades. A riqueza deste movimento – com grande visibilidade naquela conurbação - está na possibilidade de criar um ambiente de vizinhança com assimetrias, mas ávida por um convívio com baixo nível alta aquiescência comunitária, possibilitando, no futuro, conquistar algum padrão de governança.

De fato, a arte da aproximação tem estigmatizado as relações do presente. Para quem viveu ou acompanha a fronteira Brasil-Bolívia em tela nas últimas três décadas é capaz de discernir quanta ruptura de conceitos inconcebíveis foram desestimulados, quanto preconceito foi quebrado, quanto reposicionamento pessoal e coletivo foi introduzido na comunicação entre brasileiros e bolivianos<sup>33</sup>.

O *processo de fronteirização* possui internamente um conjunto de vantagens, porém uma possui condição especial que sobrepõe com extraordinária diferença em relação aos demais ambientes não fronteiriços: haverá, no território, uma engrenagem onde sempre terá um dos lados da fronteira como *parte*

---

<sup>32</sup> Conforme relato de Moyses dos Reis Amaral, médico, mestre em estudos fronteiriços e foi, nos anos setenta, secretário municipal de Saúde e Educação do Município de Corumbá.

<sup>33</sup> O conjunto de dissertações defendidas e/ou em andamento no Mestrado em Estudos Fronteiriços, instituídas sobre diferentes olhares metodológicos, acabam respaldando esta afirmação.

*dinâmica* (para onde corre, prioritariamente, os fluxos), enquanto o outro lado sempre se posiciona como *parte consorciada*. Por mais que haja uma crise que abarque as duas nações das cidades fronteiriças, assim como por mais que o dinamismo esteja posto para as duas nações, a condição assimétrica da *conformação latino-americana* e o *processo de fronteirização* sempre possibilitará que um lado da fronteira esteja mais dinâmico em relação ao outro (ou aos outros no caso de tríplexes fronteiras). Estes lados se alternam em consonância com os abalos provocados pela *lógica conjuntural*<sup>34</sup> conforme se observa no momento atual descrito logo a seguir.

Entretanto, a população usufrutuária, assim como as *organizações econômicas*<sup>35</sup> pautadas na complementaridade *funcional*, reconhecem e se adaptam às mutações induzidas no território em qualquer tempo; diametralmente opostas, as *organizações políticas*, pautadas na complementaridade *formal*, parecem fazer opção pela não compreensão das alterações, criam resistências administrativas tornando a adaptação lenta e tardia. Esta dualidade possivelmente é a principal desvantagem de uma conurbação fronteiriça, visto que está aí a dificuldade em desenhar, construir e executar projetos conjuntos de longo prazo.

Receita, Prefeitura, Alcaldías, Polícias, Inspetorias, Sindicatos, instituições de pesquisa, entre outras *organizações políticas*, daquela conurbação, são reféns da imobilidade burocrática e da desconfiança no trato da interação espacial<sup>36</sup>.

142

---

<sup>34</sup> Enquanto a conjuntura eventualmente interfere no cotidiano não fronteiriço, na fronteira seu impacto é imediato; confere Pébayle (1994) que esta lógica conjuntural é que possibilita o verdadeiro dinamismo da região de fronteira. A conjuntura coloca-se, desta forma, como elemento indispensável para caracterizar e depreender o *processo de fronteirização*.

<sup>35</sup> Segundo Raffestin (1983) as *organizações econômicas* procuram sempre, na fronteira, construir espaços isotrópicos, enquanto as *organizações políticas* tentam construir espaços anisotrópicos; são assim, incongruentes, mas não *ad eterno*.

<sup>36</sup> Na realidade, este é um elemento colocado a todas as instituições administrativas de qualquer lugar, todavia, na fronteira o medo (assunto muito corrente nas entrevistas do Projeto de origem deste texto) das relações ditadas pela Conformação Latino-americana é um elemento desconfortavelmente presente nas instituições.

## O MOVIMENTO ATUAL – inconcluso.

No atual momento onde a conjuntura estabelece um elevado processo de desvalorização do dólar americano em relação ao real<sup>37</sup>, precipita-se uma mudança de lado do *fator dinâmico*: da Bolívia (Puerto Quijarro e Puerto Suárez) para o Brasil (Corumbá).

Uma alteração dos fluxos diários associados à lógica conjuntural tende, forte e inopinadamente, provocar uma inversão espacial na especulação imobiliária, nas vendas no comércio varejista, na compressão sobre o mercado de trabalho, no aumento do fluxo de veículos, uma pressão maior ainda sobre o lado social (educação e saúde), *et cetera*.

É possível identificar uma mudança considerável, em diversas escalas, na mobilidade geográfica do capital local na “corrida para o outro lado”, possibilitando-lhe vantagens lucrativas imediatas e, como efeito, algumas alterações no padrão de acumulação regional.

Desde o início deste ano, por exemplo, as lojas de reexportação existentes em Puerto Suarez ou as do Shopping Aguirre, ou a Miami House, ou outras localizadas em Puerto Quijarro, ou, até mesmo, as lojas-box do Shopping da Feira, (Arroyo Concepción), visto que vêm registrando quedas muito significativas nas suas vendas<sup>38</sup>. No entanto os comerciantes da Rua Dom Aquino e Treze de Junho, de Corumbá, “voltaram a sorrir” com o acréscimo de suas vendas; também a pressão sobre o mercado de trabalho da construção civil no lado brasileiro tem provocado reações “antipáticas” (preconceituosas e pouco criativas) do Sindicato da categoria em Corumbá<sup>39</sup>. E, tudo se reconforta.

Contudo, esta é uma explicação monocausal da dinâmica daquela fronteira. Este elemento de causalidade circular cumulativa-desacumulativa que terminará rebatendo nas infraestruturas físicas e sociais, está circunscrita ao padrão de

---

<sup>37</sup> No início de janeiro (2015), o dólar custava R\$ 2,69, no início de setembro (2015) o dólar estava custando R\$ 3,70.

<sup>38</sup> Conforme entrevistas entre 18 e 22/05 e entre 25 e 28/05 de 2015, as vendas caíram em média 50%, mas, alguns setores mais ligados à reexportação afirmam que a queda chegava a 80%.

<sup>39</sup> Ver melhor esta questão em Kukiel (2015).

investimento local estritamente. Mesmo reconhecendo que esta dinâmica é, em última instância, quem vigora a interação funcional e cria sinergias entre aquelas cidades, ditando o movimento rebelde e criativo, isto é quem determina o *modus vivendi* da maioria dos fronteiriços e reconhece que não pode negligenciar o outro lado da lógica conjuntural: os investimentos externos.

Dois outros fatores devem ser considerados. Primeiro: o fato de que a desvalorização cambial deve baratear os produtos brasileiro de exportação, acelerando, assim, as vendas oficiais para a Bolívia, dinamizando mais ainda o Corredor São Paulo-Santa Cruz. Tal fato confirmará o *status quo* daquela fronteira com função prevalente de *entrepôt* dado pelas dimensões em rede da *Ordem Mundial*. Porém, pode, também, a desvalorização cambial encarecer o gás boliviano importado pelo Brasil, reduzindo as suas possibilidades de renovação do Contrato em 2019<sup>40</sup>. O segundo, a Bolívia, em decorrência de vários motivos, vem crescendo a taxas robustas superior a 5% do PIB/ano, estando dentro dos maiores crescimentos da América Latina muito bem ajustados a uma série de Conformações Latino-americana na atualidade.

Tais condições, concebem àquela fronteira uma complexa rede de interações externas e um rol de possibilidades e flexibilidades internas geralmente não concebidas a outros lugares, levando com que a sua forma significativa (porosa, assimétrica, multicultural) possua abrangência técnica qualificada (complementaridades formais e funcionais) com estrutura (relacional) para executar sua função (interagir).

144

Em amplos os sentidos, a *lógica conjuntural* - a desvalorização cambial no Brasil e o crescimento econômico atual da Bolívia - está redefinindo a consistência do dinamismo interno daquela fronteira. E o *processo de fronteirização*, hoje, será tão incisivo nas vibrações internas daquela fronteira quanto no passado. Neste momento em que um movimento recente (mas, não novo) de inversão dos vetores do dinamismo local, com tempos desiguais na circulação mercantil, o espírito de protesto deve ascender de um lado e contaminar o outro e, de modo mais contagiante e extraordinário, deverá suscitar um conjunto de rebeldias e criatividade tradicionalmente marcadas por questionamentos e

---

<sup>40</sup> Fato que implicará em redução, em grandes proporções, da arrecadação do município de Corumbá, impactando por efeito, em toda dinâmica regional.

resistências, mas, com irresistível fascínio, deve seduzir o “outro” para a continuidade da influência territorial mútua.

As rebeldias prevaletentes apenas serão mais sentidas de forma invertida no tecido de relações estabelecidas; enquanto a criatividade continuará como um instrumento da solidariedade comunitária territorial. Seja em que posição ou em que ordem de sentido esteja a *translocalidade* fronteiriça, a rebeldia e a criatividade servirão sempre como malhas estendidas, protegendo e amortecendo os impactos das contradições sobrevindas.

Isto posto, desmascara-se a trivial obviedade de que a fronteira é mera e *perigosamente*<sup>41</sup> variante por ser, em todos os seus semblantes, promotora de uma relação profundamente instável no ritmo das capilaridades socioeconômicas. Entrementes, descobre-se uma outra obviedade maior ainda: que a fronteira é, sobretudo, arguta e *progressivamente maleável* repleta de ações rebeldes e criativas capazes de desconstruir-construir demarcações abstratas, fictícias e solúveis aos ventos de seus interesses dentro de uma realidade tangível.

## Bibliografia

ALVES, G. L. (1984). “Mato Grosso e a história: 1870-1929 ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro”. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: 2º sem. 1984. n° 61, p

AMORIM, A.(1917). *Viagens pelo Brasil: do Rio ao Acre – aspectos da Amazônia do Rio a Mato Grosso*. Rio de Janeiro, Livraria Garnier.

APPADURAI, A. (1997) “Soberania sem Territorialidade, notas para uma Geografia Pós-Nacional” *Revista Novos Estudos CEBRAP*, n. 49. pp.33-46 São Paulo.

BRAUDEL, F. (1985). *A dinâmica do Capitalismo*. Lisboa: Teorema.

CAMARGO, A.J.C.J (2006). *Bolívia – A criação de um novo País*. Brasília: FUNAG.

DILLA ALFONSO, H. (2015). Los complejos urbanos transfronterizos en América Latina. *Estudios Fronterizos, nueva época*, vol. 16, núm. 31, enero-junio de 2015, pp. 15-38.

---

<sup>41</sup> Não no sentido da segurança cidadã, mas sim, no sentido de que os fluxos podem se inverter perigosa e repentinamente de um lado ao outro.

ESSELIN, P.M. OLIVEIRA, T.C.M e OLIVEIRA. M.M. *Fronteiras Esquecidas – A construção de Hegemonias nas fronteiras entre os rios Paraguai e Paraná*. Campo Grande, Editora da UFGD, 2012

FERREIRA, F.L. (2015). “*Brechó Fronteiriço*”: *A comercialização de roupas usadas nas feiras livres de Corumbá*. Dissertação de Mestrado. Corumbá: MEF/UFMS.

GRIMSON, A. (2004) “Fronteras, naciones y región”, 28. Disponível em: <[http://www.muieresdelsur-afm.org.uy/agenda\\_pos/pdf/4a\\_edicao/alejandro\\_grimson\\_esp.pdf](http://www.muieresdelsur-afm.org.uy/agenda_pos/pdf/4a_edicao/alejandro_grimson_esp.pdf)>. 2004

HANSEN, K. T. (2004) *Helping or hindering? Controversies about the international secondhand clothing trade*. *Anthropology Today*, n. 4, p. 3-9,

KUKIEL, E.D.G (2015). *O efeito fronteira no setor da construção civil da cidade de Corumbá-MS*. Dissertação de Mestrado. Corumbá: MEF/UFMS.

LAMOSO, L.P. (2015). *Exploração de Minério de Ferro no Brasil e no Mato Grosso do Sul*. São Paulo: Paco Editorial.

LISBOA, M.A.R (1944) *Relatório preliminar sobre as jazidas de manganês e ferro de Urucum* (Mato Grosso – Brasil). Rio de Janeiro: DNPM. 81p.

MARTÍNEZ, O.J. (1994) The dynamics of border interactin. In SCHOFIELD, C. H. *Global boundaries. World boundaries*. London/NY. v.1 pp.1-15.

MAX,

MESA GISBERT, C. (2007). *La República. 1952-2006*. TERESA GISBERT, J.M y MESA GISBERT, C. (2007) *História de Bolívia*. La Paz: Editorial Gisbert y Cia S.A.

MONTENEGRO, S. E BÉLIVEAU, V.G. (2010). *La Triple Frontera: Globalización y contrucción social del espacio*. Buenos Aires: Miño y Dávilla srl.

NEWMAN, D. (2006) *Borders and Bordering. Toward na Interdisciplinary Dialogue*. *European Journal of Social Theory*, SAGE Publication, v. 9, n. 2, pp 171-186

OLIVEIRA, T.C.M; FERREIRA, F.L.(2015). A fronteira Brasil-Bolívia na rede de distribuição de roupas de segunda-mão. *Revista Geotextos*. v.11, n.2. (dezembro, 2015-*in prelo*)

OLIVEIRA, T.C.M (2010). A Lógica Espacial do território fronteiriço. SEBRAE (2010) *Mato Grosso do Sul sem fronteira*. Campo Grande: Ed. Visão. P239-255.

OLIVEIRA, G. F. e Da COSTA,G.V.L *Redes ilegais e trabalho ilícito: comércio de drogas na região de fronteira de Corumbá/Brasil – Puerto Quijarro/Bolívia*. *Boletim Gaúcho de Geografia*, BGG 38 - pás. 137-156 - maio de 2012.OLIVEIRA, M.A.M.

(1995) Tempo, fronteira e imigrantes: um lugar e suas ‘inexistências’. In: OLIVERIA, T.C.M. *Territorio sem Limites*. Campo Grande: Edufms.

OLIVEIRA, T.C.M e ODDONE, N. (2012) “Vulnerabilidades e potencialidades na fronteira mesopotâmica – o território do Brasil com o Paraguai entre os Rios Paraná e Paraguai” In: TRINCHERO, H. E OLIVEIRA, T.C.M *Fronteiras Platinas – Território e Sociedade*. pp.149-178. Dourados: Editora UFGD.

OLIVEIRA, T.C.M. e LINJARDI, L.G.S. Carga Pesada das Mulas – Sobre mulheres traficantes na Fronteira Brasil-Bolívia. *Revista Ideação*, v. 15 n° 2 . 2º semestre de 2013

OLIVEIRA, T.C.M. Uma Fronteira para o Pôr-do-Sol – um estudo sobre uma região de fronteira. (Coleção Fontes Novas) Campo Grande: UFMS, 1998

OLIVEIRA, T.C.M “Frontières em Amérique latine: réflexions méthodologiques”. *Espaces et Sociétés*. Paris: 138 n.3/2009, 18-33p.2009

PÈBAYLE, R. (1994) “As regiões de fronteira e o projeto de integração no Mercosul” in: LEHNEN, A et. Al (Org) *Fronteiras do Mercosul*. Porto Alegre: UFRGS.

RAFFESTIN, C. (1993) Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática

RENOLDI, B. (2015). Movimiento de fronteras: Experiencias cotidianas de habitar y transitar en los limites de Argentina, Brasil y Paraguay. HERNÁNDEZ, A.H. Y CAMPOS-DELGADO, A. (Cood). *Líneas, limites y colindancias – Mirada a las fronteras desde América Latina*. México: Colef. P 175-200.

RIBEIRO, D. (1978). Sobre o Óbvio. *Revista Encontro com a Civilização Brasileira* ano I, n. 1, p. 9-22.

RÜCKERT, CAMPOS, SUPERTI E PORTO (2014). Transfronteirizações na América do Sul: uma agenda de pesquisa sobre dinâmicas territoriais nas fronteiras meridional e setentrional do Brasil. *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais*. UNIFAP. v.7 n. 1, p. 99-115, jan.-jun.

COSTA, E.A. e SABATEL, V. (2013) Mobilidades humanas e interações sociais entre comunidades rurais na fronteira Brasil-Bolívia. *Terr@Plural*, Ponta Grossa, v.8, n.1, p. 13-35, jan./jun. 2013.

SANTOS, M. (2012). Espaço e Método. 5ª ed. (Coleção Milton Santos). São Paulo: EDUSP.

SOARES, Á. T. (1975). História da Formação das Fronteiras do Brasil. 3 eds., Rio de Janeiro: Conquista.

SOUCHAUD, S. (2007) “Algumas considerações sobre a migração internacional transfronteiriça a partir do caso da migração boliviana em Corumbá, Mato Grosso do Sul”

In: OSÓRIO, A., PEREIRA J,V, OLIVEIRA, T.C.M (Org). América Platina: textos escolhidos. pp. 13-38 Campo Grande: Ed. UFMS, 2007.OLIVEIRA, 1998

WALLERSTEIN, I (1991). *Unthinking social Science: tlhe limits of nuneteenth-century paradigms*. Cambridge: Polity.

WONG-GONZÁLES, P. (2005) “Cooperación y competencia internacional de regiones: hacia nuevas formas de gestión de desarrollo regional binacional” in: OLIVEIRA, T.C.M (Org). *Território sem Limites – Estudos sobre fronteiras*. Campo Grande: Ed. UFMS.